ANEXO N - REFERÊNCIA NORMATIVAS

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DOS PROJETOS EXECUTIVOS E EXECUÇÃO DAS OBRAS E SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO DA NOVA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA – ETA 3 DO MUNICÍPIO DE VIÇOSA/MG, EM REGIME DE CONTRATAÇÃO SEMI-INTEGRADA, COM RECURSOS DO NOVO PAC.

VIÇOSA/MG
JULHO / 2026

1. REFERÊNCIAS NORMATIVAS

Fazem parte integrante deste Termo de Referência os seguintes documentos que os PROPONENTES devem conhecer e aceitar na íntegra, tal como se aqui estivessem transcritos, sendo, também, sua responsabilidade buscar por atualizações ou substituições que venham a ocorrer após a publicação do presente Termo de Referência.

- Lei Federal Nº. 13.303 de 30 de junho de 2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias;
- Lei Federal Nº.11.445, que dispõe sobre as Diretrizes Nacionais do Saneamento Básico;
- Lei Federal Nº 12.846 de 1 de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública;
- Lei Federal Nº. 6.496, de 7 de dezembro de 1997, que institui a Anotação de Responsabilidade Técnica;
- Lei Federal Nº. 13.709, de 14 de agosto de 2018, que institui a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);
- Deliberações Normativas da COPAM Nº. 217 de 6 de dezembro de 2017 e COPAM/CERH-MG Nº. 1 de 5 de maio de 2008;
- Instruções Normativas do IBAMA Nº. 184, de 17 de julho de 2008 e Nº 14, de 27 de outubro de 2011;
- Portal IDE-SISEMA (Infraestrutura de Dados Espaciais do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos), instituída pela Resolução Conjunta SEMAD/FEAM/IEF/IGAM nº 2.466/2017;
- Decreto Estadual 47.383, de 2 de março de 2018, que estabelece normas para licenciamento ambiental, tipifica e classifica infrações às normas de proteção ao meio ambiente e aos recursos hídricos e estabelece procedimentos administrativos de fiscalização e aplicação das penalida- des;
- Decreto Estadual 47.749, de 11 de novembro de 2019, que dispõe sobre os processos de autorização para intervenção ambiental e sobre a produção florestal no âmbito do Estado de Minas Gerais e dá outras providências;
- Resolução Conjunta SEMAD/IEF Nº 3.102, de 26 de outubro de 2021, que dispõe sobre os processos de autorização para intervenção ambiental no âmbito do Estado de Minas Gerais e dá outras providências;
- Outros, não listados, que possuam algum envolvimento ou interface com a área de estudo, tais como: legislações vigentes e informações disponibilizadas pela Prefeitura Municipal, IBGE, FUNASA, IPHAN, IEPHA, ICMBio, INPE, INMET, SEMAD, IGAM, FEAM, IEF, CONAMA, IBAMA, FUNAI, INCRA, ARSAE, ANA, ANAC, ANTAQ, ANEEL, DENATRAN, DNIT, DER-MG, concessionárias de energia, gás, estradas de rodagem, ferrovias e demais órgãos e/ou concessionárias responsáveis;
- Leis municipais e Código de Obras e Posturas da Administração Municipal, quando disponíveis;

Fazem parte integrante deste Termo de Referência os seguintes documentos que os PROPONENTES devem conhecer e aceitar na íntegra, tal como se aqui estivessem transcritos, sendo, também, sua responsabilidade buscar por atualizações ou substituições que venham a ocorrer após a publicação do presente Termo de Referência.

- Lei Federal Nº. 13.303 de 30 de junho de 2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias;
- Lei Federal Nº.11.445, que dispõe sobre as Diretrizes Nacionais do Saneamento Básico;
- Lei Federal Nº 12.846 de 1 de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública;
- Lei Federal Nº. 6.496, de 7 de dezembro de 1997, que institui a Anotação de Responsabilidade Técnica;
- Lei Federal Nº. 13.709, de 14 de agosto de 2018, que institui a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);
- Deliberações Normativas da COPAM Nº. 217 de 6 de dezembro de 2017 e COPAM/CERH-MG Nº. 1 de 5 de maio de 2008;
- Instruções Normativas do IBAMA Nº. 184, de 17 de julho de 2008 e Nº 14, de 27 de outubro de 2011;
- Portal IDE-SISEMA (Infraestrutura de Dados Espaciais do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos), instituída pela Resolução Conjunta SEMAD/FEAM/IEF/IGAM nº 2.466/2017;
- Decreto Estadual 47.383, de 2 de março de 2018, que estabelece normas para licenciamento ambiental, tipifica e classifica infrações às normas de proteção ao meio ambiente e aos recursos hídricos e estabelece procedimentos administrativos de fiscalização e aplicação das penalida- des;
- Decreto Estadual 47.749, de 11 de novembro de 2019, que dispõe sobre os processos de autorização para intervenção ambiental e sobre a produção florestal no âmbito do Estado de Minas Gerais e dá outras providências;
- Resolução Conjunta SEMAD/IEF Nº 3.102, de 26 de outubro de 2021, que dispõe sobre os processos de autorização para intervenção ambiental no âmbito do Estado de Minas Gerais e dá outras providências;
- Outros, não listados, que possuam algum envolvimento ou interface com a área de estudo, tais como: legislações vigentes e informações disponibilizadas pela Prefeitura Municipal, IBGE, FUNASA, IPHAN, IEPHA, ICMBio, INPE, INMET, SEMAD, IGAM, FEAM, IEF, CONAMA, IBAMA, FUNAI, INCRA, ARSAE, ANA, ANAC, ANTAQ, ANEEL, DENATRAN, DNIT, DER-MG, concessi-
- onárias de energia, gás, estradas de rodagem, ferrovias e demais órgãos e/ou concessionárias responsáveis;
- Leis municipais e Código de Obras e Posturas da Administração Municipal, quando disponíveis;

- Instruções complementares fornecidas pela Unidade Gestora do Contrato e pelas unidades operacionais, de meio ambiente e de obras da SAAE VIÇOSA, relativas às situações particulares a serem atendidas em cada caso, desde que não colidam com os termos do Edital, Termo de Referência e Contrato.

Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho:

- NR 01 - Disposições Gerais e Gerenciamento de Riscos Ocupacionais, - PGR;
- NR 05 - Formação Básica de Membros de CIPA;
- NR 06 – Utilização, guarda e higienização de EPI;
- NR 07 - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO;
- NR 09 - Avaliação e controle das exposições ocupacionais a agentes físicos, químicos e biológicos
- NR 10 - Segurança em instalações e serviços em eletricidade;
- NR 11 - Transporte, Movimentação, Armazenagem e Manuseio de Materiais;
- NR 12 - Operações em máquinas e Equipamentos, Direção Defensiva;
- NR 15 - Atividades insalubres;
- NR 17 - Ergonomia
- NR 18 - Condições e Meio Ambiente de Trabalho na indústria da Construção;
- NR-20 - Segurança e Saúde no Trabalho com Inflamáveis e Combustíveis;
- NR 23 - Prevenção e Combate a Princípio de Incêndio;
- NR 24 - Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego;
- NR 33 - Segurança em Espaço Confinado, Supervisor de Entrada em Espaço Confinado;
- NR 35 - Trabalho em altura, Sinalização de Obras em Vias Públicas;

Normas da COPASA

- Regulamentações da listagem de preços da COPASA (exclusive critério de medição, que deverá seguir o especificado na regulamentação dos itens específicos da planilha de orçamento);
- Diretrizes para Elaboração de Estudos e Projetos da COPASA:

    - Volume I – Diretrizes Gerais;
    - Volume II – Utilização Projetos Padrões;
    - Volume III – Levantamentos Topográficos;
    - Volume IV – Levantamentos e projetos geotécnicos;
    - Volume V – Tomo I- Sistemas de Abastecimento de Água - SAA
    - Volume VI – Projeto elétrico;
    - Volume VII – Projeto estrutural.

- Projetos Padrões de Painéis Elétricos da COPASA;

    - CDI.001/ – Distribuição de Força e Controle;
    - CDI.002/ – Iluminação e Tomadas;
    - CDI.003/ – Aterramento, proteção e SPDA;
    - CDI.004/ – Padrão de Entrada de Baixa Tensão – CEMIG;

- Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT:

  - NBR 15.071 – Segurança no tráfego – cones para sinalização viária;
  - NBR 6.493 – Emprego de cores para identificação de tubulações industriais;
  - NBR 5410:2008 – Norma de Instalações Elétricas de Baixa Tensão;
  - NBR 14039:2005 – Instalações Elétricas de Média Tensão de 1,0 a 36,2 kV;
  - NBR 5419-1,2,3,4:2015 – Norma de proteção contra descargas atmosféricas;
  - NBR 5101:2018 – Iluminação pública — Procedimento;
  - NBR ISSO/CIE 8995-1: 2013 – Iluminação de ambientes de trabalho, Parte 1;

- Concessionária de Energia – CEMIG:

  - ND 5.1 – Fornecimento de Energia Elétrica em Tensão Secundária – Rede de Distribuição Aérea Edificações Individuais;
  - ND 5.3 – Fornecimento de Energia Elétrica em Média Tensão – Rede de Distribuição Aérea ou Subterrânea.

Para as referências de normas, padrões e diretrizes dessas instituições que não estão não datadas, aplicam-se as edições mais recentes.

ATENÇÃO: Os serviços a serem executados deverão estar de acordo com as leis e regulamentos estaduais e municipais e, em caso de conflito entre elas, prevalecerá a de maior rigor.

FIM

RUAN DIEGO ESTEFENSON FERREIRA 05358956662

Assinado de forma digital por RUAN DIEGO ESTEFENSON FERREIRA 05358956662
DN: cn=RUAN DIEGO ESTEFENSON FERREIRA 05358956662, o, ou, email=ruandiegoe@yahoo.com.br, c=BR
Dados: 2026.08.04 16:04:11 -03'00'